



**REQUERIMENTO Nº 429, DE 2014**  
**(Do Senhor Eduardo Barbosa)**

Requer a criação de Subcomissão Especial, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para acompanhar a política salarial dos militares da ativa e da reserva.

Senhor Presidente,

Com arrimo no artigo 29, inciso II, c/c o artigo 32, inciso XV, letra “g” do Regimento Interno desta Casa, requero seja aprovada a criação de Subcomissão Especial destinada a acompanhar a política salarial dos militares da ativa e da reserva.

**JUSTIFICAÇÃO**

Recentemente o Congresso Nacional aprovou o até então inédito Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), juntamente com as novas versões da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END), que juntos formam os três grandes documentos que orientam essa política de Estado. A aprovação desses instrumentos foi um importante avanço, pois conferiu publicidade à política de defesa que o Brasil adota, permitindo ao cidadão exercer o devido controle social.

Não obstante, não se verificou o mesmo avanço na política salarial adotada para os integrantes das Forças Armadas, cujas remunerações percebidas não têm se mostrado compatíveis com o nível de exigência e de dedicação que a carreira militar requer. Somem-se a isso as discrepâncias salariais com relação a outras categorias funcionais da União, acentuadas pelo nível de dificuldade maior para ascender na carreira militar, em comparação às carreiras civis, cujo requisito, na maioria dos casos, é meramente temporal.

O quadro supra descrito influencia diretamente no desinteresse por parte dos jovens em integrar as fileiras das três forças, pois preferem buscar outras opções profissionais melhor remuneradas, com menor grau de rigidez e



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

disciplina e sem os ônus que a carreira militar apresenta, como, por exemplo, a dedicação exclusiva.

Outro reflexo trazido pela atual política salarial dos militares diz respeito ao aumento do número de evasões registrado nos últimos anos. A título ilustrativo, vale registrar que em 2012 foram 249 os oficiais das Forças Armadas que abandonaram a carreira e passaram a trabalhar na área civil; em 2013 o número quase se repetiu: 250 oficiais pediram demissão, sendo 70 da Marinha, 121 do Exército e 59 na Aeronáutica, segundo dados do Diário Oficial da União.

Especialmente preocupante é o fato de que boa parte das evasões é de pessoal formado em centros de excelência como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos (SP); o Instituto Militar de Engenharia (IME), no Rio de Janeiro; ou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ). As corporações militares têm perdido profissionais altamente capacitados e especializados para a iniciativa privada, especialmente nas qualificações mais demandadas pelo mercado de trabalho (engenharia, medicina e logística), ou mesmo para outras carreiras públicas que melhor remuneram, num claro prejuízo para o Estado, considerando os vultosos recursos públicos investidos na longa formação desses profissionais.

É preciso ficar atento com o fato de que essas evasões podem prejudicar o bom andamento dos grandes projetos estratégicos das Forças Armadas ora em curso, uma vez tratar-se de trabalhos que envolvem elevado grau de complexidade e de tempo para que sejam concluídos, sendo indispensável, nesse contexto, dispor de pessoal altamente qualificado e experiente, e com os quais se possa contar num período de longo prazo, sob pena de tais projetos sofrerem solução de continuidade.

Noutra vertente, observa-se que, historicamente, a Defesa não tem conseguido obter autorizações para efetuar gastos públicos à altura das necessidades do País. A proposta orçamentária, que o Governo Federal encaminha anualmente ao Congresso, reserva recursos insuficientes para conduzir os projetos estratégicos das três Forças e ainda para fazer face à necessária recomposição salarial há anos reivindicada pelos militares da ativa e da reserva. Houve algum progresso nos últimos anos, mas sempre que crises econômico-financeiras exigem medidas de austeridade fiscal, as despesas com a área militar são sacrificadas e os cortes orçamentários se abatem sobre projetos longamente planejados.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Preocupa-nos, sobremaneira, a baixa atratividade da carreira militar nos dias atuais, com todos os reflexos negativos que isso representa para o País. A perdurar essa realidade, o futuro das nossas forças armadas ficará seriamente comprometido. Pior: ficará comprometido o próprio projeto de inserção e de consolidação internacional do Brasil, uma vez que o grau de protagonismo exercido na arena mundial é diretamente influenciado pela capacidade operacional militar.

Apesar de a competência legislativa para propor projetos de lei referentes à remuneração dos militares das Forças Armadas pertencer ao Chefe do Poder Executivo, a teor do que prescreve o artigo 61, § 1º, inciso II, letra "f", da Constituição Federal, penso ser possível trabalharmos ações que possam convergir para a recomposição progressiva dos salários dos militares em todos os níveis hierárquicos e para a eliminação de discrepâncias com relação a outras carreiras do setor público federal.

Com esse desiderato, portanto, é que venho propor a criação da Subcomissão Especial para acompanhar a política salarial dos militares da ativa e da reserva, entendendo ser este o momento oportuno para inserir na agenda da Comissão o acompanhamento sistemático da política salarial dos militares da ativa e da reserva.

Sala da Comissão, em 07 de maio de 2014.

Deputado **EDUARDO BARBOSA**  
PSDB/MG



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL